Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas – CJCA

"A Constituição,... nada além da Constituição"

"Boletim CJCA"

***Preparado por** : Secretariado-Geral do CJCA*

***Publicado em**: Inglês, Árabe, Francês, Português e Swahili*

***Número** : 03 / 2025*

***Período**: Maio-Junho*

Atividades do CJCA

Argélia: Visita de trabalho do Presidente do Supremo Tribunal do Zimbabué e do Presidente do CJCA



O Presidente do Supremo Tribunal e Presidente do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal, ***Luke Malaba,*** *fez uma visita de trabalho à Argélia de 10 a 13 de maio de 2025.*

A delegação deslocou-se à sede da Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas (CJCA), onde foi recebida pelo Secretário-Geral da Conferência, Juiz ***Moussa LARABA.***

Malaba disse que a Argélia, graças à "sua gloriosa Revolução e à sua honrosa história, é um símbolo para as nações que lutam pela recuperação da liberdade e da independência", sublinhando que o seu país e a Argélia "partilham os mesmos valores e princípios" em que se baseia o CJCA, nomeadamente a proteção dos direitos humanos, a consagração dos valores democráticos e a consolidação do Estado de direito.

Como lembrete, o Zimbábue organizou com sucesso o 7º Congresso da CJCA em Victoria Falls de 1 a 3 de novembro de 2024 e é o presidente para um mandato de dois anos.

CJCA: Lançamento de um programa de criação de websites em benefício dos Tribunais Membros.

Como parte do esforço contínuo do CJCA para promover ferramentas de informação, comunicação e intercâmbio adaptadas às novas tecnologias, dentro das jurisdições membros do CJCA, a Secretaria-Geral pretende lançar, no seu plano de ação 2025-2026, um ambicioso programa de apoio aos Conselhos Africanos, Tribunais Constitucionais e Supremos que não têm um site próprio, fornecendo-lhes os sítios Internet necessários para lhes permitir comunicar e divulgar as suas atividades.



A criação de sites é um passo importante para modernizar a justiça constitucional e melhorar o acesso à informação. Essa digitalização permite melhorar a visibilidade, promover o uso de tecnologias digitais, facilitar a busca de informações e disseminar a cultura jurídico-constitucional. O número de Tribunais e Conselhos Africanos que foram identificados e que não têm o seu próprio sítio Web, sendo, portanto, elegíveis para beneficiar deste programa, é de cerca de 15 tribunais constitucionais e supremos africanos, nomeadamente: Chade, Camarões, República Centro-Africana, Guiné, Ruanda, Níger, Mali, Guiné-Bissau, São Tomé, Guiné, Jibuti, Comores, Somália, Gâmbia, Sudão do Sul e Lesoto.

O lançamento deste programa está previsto para o último trimestre do ano em curso.

Atividades do CJCA

Argélia: Visita do Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal à sede do CJCA



*No âmbito da visita de trabalho do Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal à Argélia, **José João Abrantas** visitou, no dia 24 de junho de 2025, a sede da Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas-CJCA, em Argel. Foi recebido pelo Conselheiro **Moussa LARABA**, Secretário-Geral da Conferência, que lhe fez uma apresentação detalhada sobre o trabalho da organização, o papel da Argélia na sua criação, bem como os seus objetivos e atividades destinadas a promover e divulgar os valores e princípios universais do Estado de direito, da democracia e da proteção dos direitos e liberdades, consagrado no preâmbulo do Ato Constitutivo da União Africana.*

Recorde-se que a Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas-CJCA, em Argel, está ligada por um acordo de parceria e cooperação com a Conferência dos Tribunais Constitucionais de Língua Portuguesa, presidida pelo Tribunal Constitucional de Cabo Verde.O Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal aproveitou esta oportunidade para saudar os esforços da Argélia para avançar e promover a justiça constitucional em África.

Notícias dos Tribunais Constitucionais e Supremos

Guiné-Bissau: Eleição do novo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça



O juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Arafam Mané, foi eleito a 16 de maio de 2025 como presidente deste Tribunal, em substituição de António Lima André, que se aposentou em abril passado para um mandato de 4 anos.

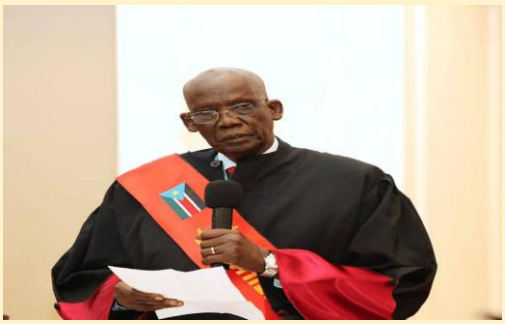
Arafam Mané, 54 anos, licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, em Portugal, era até agora vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Entre um colégio de 19 juízes-eleitores, Mané obteve 12 votos e seu adversário, o juiz Aimadu Sauané, obteve 7 votos.

O Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau é membro fundador do CJCA desde a sua criação em 9 de maio de 2011, em Argel.

Notícias dos Tribunais Constitucionais e Supremos

Sudão do Sul: Nomeação de um novo Presidente do Supremo Tribunal



O Presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir Mayardit, em 2 de junho de 2025, empossou o Dr. Benjamin Baak Deng como o novo Chefe de Justiça e Chefe de Justiça da Suprema Corte, incumbindo-o de liderar as reformas.

A cerimónia de tomada de posse da presidência teve lugar dias depois de Kiir ter demitido o antigo presidente do Supremo Tribunal, Chan Reec Madut, e o seu vice, John Gatwech Lul.

O Dr. Baak foi empossado ao lado de seu recém-nomeado vice, Laku Tranquilo Nyombe.

Essas nomeações não foram aprovadas pela Assembleia Legislativa Nacional, que ainda está em recesso.

De acordo com a Constituição do Sudão do Sul, os juízes do Supremo Tribunal devem ser nomeados pelo Presidente "por recomendação da Comissão Judicial" e aprovados pela Assembleia por uma maioria de dois terços.

A carreira do novo Chefe de Justiça começou na Universidade de Cartum, onde obteve um Bacharelato em Direito (LLB) em 1978. Obteve pós-graduações, incluindo uma pós-graduação em direito (2000), um mestrado em direito da propriedade intelectual (2004) e um doutoramento em direito ambiental internacional (2013), todos pela mesma instituição.

Tanzânia: Nomeação de George Masaju como Presidente do Supremo Tribunal

A Sra. Samia Suluhu Hassan, Presidente da Tanzânia, nomeou George Mcheche Masaju como Chefe de Justiça.

Masaju sucede ao professor Ibrahim Hamis Juma, que se aposentou oficialmente após sete anos no cargo.

Masaju, ex-juiz do Tribunal de Apelação, foi empossado em 15 de junho de 2025 no Palácio Presidencial Chamwino, em Dodoma.



Antes desta nomeação, o Sr. Masaju atuou como Procurador-Geral de 2015 a 2018 e consultor jurídico do ex-presidente Jakaya Kikwete.No início deste ano, ele foi nomeado para a Comissão de Terras, que foi criada para atender às preocupações sobre a Área de Conservação de Ngorongoro.

Na cerimónia de tomada de posse, a Presidente Samia expressou a sua gratidão ao Professor Hamis Ibrahim Juma, antigo Chefe de Justiça, pela sua contribuição significativa para impulsionar reformas nas infraestruturas, sistemas de trabalho e eficiência do sistema judicial da Tanzânia, descrevendo-o como um líder que deixou um legado duradouro ao serviço da instituição.

Recorde-se que o Tribunal de Recurso da Tanzânia é membro do TJCE desde março de 2015.

Notícias dos Tribunais Constitucionais e Supremos

Argélia: O Presidente do Tribunal Constitucional deixa o cargo por "razões pessoais".



Omar Belhadj deixa a presidência do Tribunal Constitucional argelino. Pediu ao Presidente da República que o exonerasse dessa função por "razões pessoais".

O Presidente Tebboune aceitou-o. De acordo com as regras de organização desta instituição, compete ao Tribunal Constitucional realizar uma sessão de deliberação, presidida pelo membro mais idoso, neste caso: a Sra. Asslaoui Leila, para assinalar a vacância do cargo de Presidente.

Advogado honorário, Omar Belhadj foi nomeado pelo Presidente Tebboune para presidir ao Tribunal Constitucional em novembro de 2021. Antes desta nomeação, foi membro do terceiro presidencial do Conselho da Nação (Senado).

Eswatini: Prestação de juramento a Sua Majestade o Rei Mswati III



Em 23 de junho de 2025, o Presidente do Supremo Tribunal, Bheki Maphalala, presidiu à tomada de posse da Comissão do Serviço Judiciário de Essuatíni (JSC). Expressou a sua profunda gratidão a Sua Majestade o Rei Mswati III por estas nomeações oportunas, salientando que a Comissão desempenhará um papel fundamental no reforço do poder judicial.

"A JSC abordará questões judiciais fundamentais, garantindo a integridade, a equidade e a eficiência do sistema de justiça", disse o Presidente do Supremo Tribunal. O Supremo Tribunal do Reino de Essuatíni é membro do CJCA desde abril de 2017.

Senegal: Cerimónia de homenagem a Mamadou Badio Camara,

No dia 16 de junho de 2025, realizou-se em Dakar uma cerimónia de homenagem a Mamadou Badio Camara, presidente do Conselho Constitucional do Senegal e da Associação dos Tribunais Constitucionais Francófonos (ACCF).



Muitas personalidades do mundo judicial e diplomático estiveram presentes no Conselho Constitucional do Senegal, para prestar homenagem a esta figura emblemática da justiça senegalesa e africana.

Várias personalidades, colaboradores próximos ou familiares partilharam testemunhos recordando o quanto era um ardoroso defensor do Estado de direito e que o seu compromisso com a justiça era inabalável. Todos sublinharam a sua integridade, humildade, benevolência e disponibilidade.

O seu legado ficará para sempre gravado para as gerações futuras.

Notícias dos Tribunais Constitucionais e Supremos



África do Sul: Celebração do 30.º aniversário da criação do Tribunal

A cerimónia foi reforçada pelo discurso proferido pelo Presidente da República da África do Sul e pela presença de vários presidentes e chefes de justiça dos Tribunais Supremo e Constitucional africanos, incluindo Egito, Eswatini, Zimbabué, Nigéria, Botsuana, Quénia, Moçambique.

A Sra. Maya, Chefe de Justiça da África do Sul, proferiu o discurso de abertura que marcou o início das festividades, no qual recordou as várias etapas pelas quais o Tribunal passou desde a sua criação em 1995.



Moçambique: Cinquenta Anos de Constitucionalismo

A primeira Constituição de Moçambique foi aprovada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), no poder, em 20 de junho de 1975, e entrou em vigor cinco dias depois, no dia da declaração de independência após a luta contra o domínio colonial português, tendo desde então sofrido revisões, incluindo em 1990 com a introdução do sistema multipartidário.

A Presidente do Conselho Constitucional, Lúcia Ribeiro, na abertura do seminário dedicado aos 50 anos da Constituição moçambicana, em Maputo, afirmou que esta data deve ser uma oportunidade para reafirmar a unidade nacional à luz da Constituição que, defendeu, assenta nos princípios de um Estado unitário, democrático e social republicano regido pelo Estado de direito.

Nesta ocasião, o Presidente do Conselho Constitucional moçambicano pediu aos estudantes e instituições de ensino superior que aprofundassem os seus estudos sobre questões constitucionais.

Notícias dos Tribunais Constitucionais e Supremos

Senegal: Acordo unânime para a criação de um Tribunal Constitucional



A Comissão das "Reformas Institucionais", resultante do diálogo nacional sobre o sistema político, apresentou o seu relatório final. No final dos seus trabalhos, chegou-se a um consenso sobre os quatro principais temas abordados, sem qualquer desacordo de maior.

Sobre a implementação do futuro Tribunal Constitucional: o documento informa que o consenso de princípio foi alcançado, mas as modalidades da sua composição, reenvio, nomeação e articulação com o resto do sistema judicial ainda precisam de ser especificadas.

Níger: O regime decreta o haucá, a língua nacional

O regime militar do Níger decretou o haucá como língua nacional e relegou o francês, até agora língua oficial do país, como "língua de trabalho".

Na Constituição de 25 de novembro de 2010, o francês era a língua oficial do Níger e todas as línguas faladas no país tinham "o estatuto de línguas nacionais".

A nova "Carta de Refundação" (transição), que também tem força de Constituição, promulgada em 26 de março, modifica as línguas do país.

"A língua nacional é o haucá" e "as línguas de trabalho são o inglês e o francês", refere o artigo 12.º da Carta.

Nove outras línguas, incluindo Zarma-Songhay, Fulfuldé (Fulani), Kanuri, Gourmantché, Árabe... tornar-se "as línguas faladas do Níger", de acordo com a Carta.



Tanzânia: Inauguração da nova sede do poder judicial



O presidente da Tanzânia, Samia, inaugurou a nova sede do Judiciário na capital, Dodoma, que foi construída pela China Railway Jianchang Engineering Company (CRJE) (East Africa) Limited, uma grande empresa de construção chinesa.

A sede abriga os três mais altos ramos do judiciário da Tanzânia: o Tribunal Superior, o Tribunal de Apelação e a Suprema Corte. O icônico edifício de nove andares e 63.244 metros quadrados está equipado com serviços de inteligência artificial, robôs de orientação de visitantes e um heliponto dedicado.

Falando após a inauguração da Praça do Judiciário, Hassan disse que a nova sede deve ser usada para melhorar a administração da justiça no país.

Este investimento substancial, juntamente com programas de formação contínua para juízes e funcionários judiciais, demonstra o compromisso do governo em reforçar a capacidade e a eficiência do sistema judicial, disse.

Notícias dos Tribunais Constitucionais e Supremos

RD Congo : Tribunal Constitucional ganha nova sede

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entregou oficialmente as chaves do seu novo edifício localizado na Place Royal em Gombe ao Tribunal Constitucional da RDC na quinta-feira, 26 de junho.



A cerimónia começou com a assinatura do relatório de entrega, rubricado pelo Representante Residente do PNUD na RDC e assinado pelo Presidente do Tribunal Constitucional, Dieudonné Kamuleta Badibanga. Este gesto simbólico marca o fim das obras e coloca o edifício à disposição da mais alta corte do país.

Seguiu-se uma visita guiada a várias instalações, permitindo-lhes descobrir os novos escritórios e espaços funcionais num melhor ambiente de trabalho. Um momento forte, colocado sob o signo da modernidade, da funcionalidade e do fortalecimento do Estado de Direito.

A sua inauguração oficial depende agora da agenda do Chefe de Estado, que deverá conferir a este edifício, o anexo, também recém-construído e toda a concessão remodelada, o carácter republicano e institucional.

Recorde-se que o Tribunal Constitucional da RDC se prepara para acolher o 8.º Congresso do CJCA em 2026.

Jurisprudência

Mali: Tribunal Constitucional declara-se "incompetente" para destituir chefe de Estado

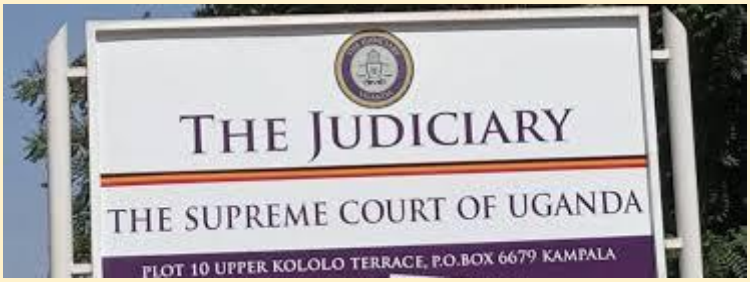
O Tribunal Constitucional foi apreendido, em 16 de maio de 2025, o requerente tinha apresentado um "pedido de destituição do poder executivo do Mali liderado pelo General do Exército Assimi GOÏTA". O Tribunal de Justiça proferiu um acórdão, publicado no Jornal Oficial

"O Tribunal declara-se incompetente", lê-se no artigo 1.º do acórdão. O Tribunal recorda que o artigo 73.º da Constituição prevê um procedimento específico: "Só uma reunião conjunta do Parlamento num Congresso ad hoc, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal, pode destituir um Presidente por alta traição. É necessária uma maioria de três quartos."

O Tribunal lembrou que "o Presidente da República pode ser cassado pelo Parlamento por alta traição". Especifica ainda que "há alta traição quando o Presidente da República viola o seu juramento".

Por conseguinte, o Tribunal de Justiça conclui que não é competente para apreciar este tipo de pedidos, na ausência de um Parlamento funcional. Ao declarar-se incompetente, o Tribunal Constitucional respeita o espírito da Constituição, ao mesmo tempo que sublinha os limites processuais impostos pelo contexto transitório.

Uganda: Supremo Tribunal suspende todos os julgamentos civis em tribunais militares



O Supremo Tribunal do Uganda emitiu um acórdão histórico que suspende todos os processos perante o Tribunal Marcial Geral (GCM), declarando inconstitucional a jurisdição do tribunal militar sobre civis.

A sua decisão abriu caminho a reformas legais urgentes no sistema de justiça militar do Uganda, incluindo no que diz respeito ao julgamento de civis.

O tribunal não tem um mandato constitucional para julgar civis, alegando que a sua estrutura e procedimentos violam os princípios de equidade e imparcialidade garantidos pela Constituição do Uganda.

O Tribunal suspendeu todos os julgamentos civis em curso no Tribunal Geral de Martial, com exceção dos casos que envolvessem militares.

Sublinhou que os soldados que cometem crimes contra civis devem ser julgados por tribunais civis e não por tribunais militares, de acordo com as disposições constitucionais.

A decisão marca um passo no sentido de uma supervisão judicial mais rigorosa, garantindo que os civis não sejam submetidos à justiça militar em violação dos seus direitos constitucionais.

Em conjunto, estes acórdãos representam um passo crucial na abordagem das preocupações jurídicas e constitucionais em torno dos julgamentos militares de civis.

Atividades futuras

A Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas e a Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional assinarão um acordo de parceria e cooperação no dia 28 de outubro de 2025, à margem da 6ª Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional-WCCJ.

Recorde-se que o CJCA e o espaço ibero-americano são presididos pelo Zimbabué e pela Espanha, respetivamente.

Etiópia: Organização do 4º Simpósio Internacional do CJCA

A convite do Presidente do Supremo Tribunal da Etiópia ***, Tewdros Mihret,*** *terá lugar de 27 a 30 de novembro de 2025, em Adis Abeba-Etiópia, o 4.º Simpósio Internacional do CJCA.*



O tema proposto é: ***"Constitucionalismo e construção do Estado em África".***

A organização deste Simpósio, como parte do programa de atividades do CJCA para o ano de 2025, terá lugar na sede da União Africana em Adis Abeba.

Argélia: Realização da 19ª Sessão da Comissão Executiva do CJCA



Na 18.ª Sessão da Mesa Executiva do CJCA, realizada no Cairo, a Mesa escolheu por unanimidade a ***Argélia*** *para acolher a próxima sessão da Mesa, que terá lugar em Argel na última semana de janeiro de 2026.*

Note-se que o Gabinete é composto pelos seguintes países: ***Argélia, Angola, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gabão, Marrocos, Moçambique, Seicheles, Somália, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué***

África do Sul: Sede da 2ª edição do Encontro de Mulheres Juízas

Como parte da implementação do programa de atividades do CJCA para o período 2025-2026, a 2ª edição do Encontro de Mulheres Juízas Africanas está prevista para ser realizada na África do Sul durante o ano de 2026.

Recorde-se que o "1º Encontro de Mulheres Juízas Africanas" decorreu em Libreville-Gabão, de 2 a 6 de maio de 2023.

Os seguintes países africanos têm mulheres Presidentes de Justiça: ***Argélia, Angola, Costa do Marfim, Gana, Quénia, Libéria, Maurícias, Moçambique, Nigéria, África do Sul e Nigéria.***

NB/: A "Newsletter do CJCA" é a sua publicação, não hesite em enviar-nos os seus comentários e propostas, bem como qualquer informação relativa à atividade do seu Tribunal/Conselho que queira partilhar com outros.

O endereço de e-mail é: contact@cjca-conf.org

Bd, 11 de dezembro de 1960, El Biar - Argel, Argélia contact@cjca-conf.org : +213 23 25 38 36

www.cjca-conf.org http://www.cjca-conf.org/fr/contact/ : +213 21 99 00 57